

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.120/2025**

Processo Licitatório n.º: 9.784/2025

Processo de Impugnação n.º: 37.470/2025

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05 (cinco) anos.

**IMPUGNANTE: ID STORE SERVICOS DESISTEMAS E ELETRONICOS LTDA**

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA, CNPJ 07.585.966/0001-87**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, em 04/10/2025, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.120/2025.

02. Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria n.º 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, a impugnante apresenta as seguintes alegações, apontando irregularidades no edital:

- 1) **DA OMISSÃO NO DETALHAMENTO TÉCNICO EXIGIDO NAS CLÁUSULAS 3.5318 E 3.11.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA**, as exigências técnicas contidas no edital contrariam os princípios que regem as contratações públicas, haja vista o subjetivismo nos termos. Assevera, ainda, que a ausência de definição objetiva e criteriosa prejudica a eficiência do processo licitatório;
- 2) **DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS PARA AMOSTRA**, o edital em comento possibilita a apresentação do item *“Totem/Tablets”*, desta feita, a impugnante alega que a falta do detalhamento torna essa exigência um procedimento meramente formal e incapaz de assegurar a eficiência da contratação, uma vez que haveria equipamentos com tecnologia e mecanismos que proporcionam mais eficiência e segurança no registro da jornada de trabalho, ademais tais dispositivos não foram projetados para operar como ponto eletrônico.



**3) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA,** o instrumento convocatório impõe ao licitante apresentação de um ou mais atestados de Capacidade Técnica, onde comprove ter executado ou estar executando serviços compatíveis, no entanto, flexibiliza o entendimento quando o termo “serviços com objeto similar” possibilita que haja equivalência do reconhecimento facial ao reconhecimento por biometria. Ao modo que a “aceitação de atestados que comprovem apenas experiência com equipamentos baseados em biometria digital tende a fragilizar o processo licitatório, uma vez que não traduz experiência efetiva no fornecimento da solução pretendida pelo Município.”

**4) DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD),** restringir a qualificação técnica a experiências anteriores não é suficiente para garantir a segurança e a confiabilidade tecnológica no contexto onde há manipulação de dados sensíveis dos servidores públicos. Por conseguinte, é imprescindível que a empresa contratada desmostre possuir certificações voltas à proteção de dados e à segurança da informação. “Nesse aspecto, a Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência estabelece requisitos específicos de validade jurídica para os sistemas de registro eletrônico de jornada, dentre eles a necessidade de que o software esteja devidamente registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.”

### **III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE**

Por conseguinte, solicita a retificação do edital, a fim de atender aos princípios da eficiência, do julgamento objetivo e da segurança jurídica, bem como a suspensão do andamento do certame até que sejam promovidas as adequações necessárias.

**IV. DO MÉRITO**

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão desta pregoeira. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

**Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 09/10/2025 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.**

Nova Friburgo, 06 de outubro de 2025.

**FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES**

Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII

Matricula: 468.036